

EDITORIAL

Desajustes do ajuste

Apenas um grupo de vinte países utilizam-se da política macroeconômica de metas inflacionárias (inflation targeting), e dentre eles, há nações desenvolvidas e em desenvolvimento como Suécia, Reino Unido, Canadá (apenas estes dois últimos, representando o G7) etc., e Coréia do Sul, México, Brasil, Israel etc., respectivamente.

O fato de ser uma política adotada por menos de 10% das nações, já indica não ser a única alternativa possível rumo ao desenvolvimento econômico-social ou ao menos à pavimentação da estrada conducente ao mesmo.

Também é, de certo modo surpreendente, que a referida política contenha um princípio ativo capaz de vitaminar tanto os bem nutridos quanto aqueles em estado de desnutrição. Qualquer ser racional, mesmo leigo em economia, fica tentado a questionar o porquê de se estabelecer apenas uma meta, a do índice de preços, e não outras para os níveis de emprego, renda, moradia, saúde, educação etc.

O mainstream econômico, confiante nas benesses do mercado, dirá que essas últimas metas serão realizadas quando do cumprimento daquela primeira, certo? Nem tanto! Não se pode negar que a estabilidade de preços seja condição favorável embora não suficiente para o crescimento, ao facilitar a (pre)visibilidade do horizonte empresarial. Todavia, os resultados obtidos pelo Brasil, nas duas últimas décadas, causam apreensão: se no primeiro decênio o país não cresceu devido à inflação, no último, o crescimento praticamente se ausentou para que a inflação não voltasse a crescer, ou seja, tudo pela estabilidade de preços! Efetivamente não se advoga aqui a reedição dos “cinquenta anos de [inflação] em cinco”, nem tampouco se pretende cinquenta anos (ou mais) sem inflação, sem pão e sem circo, afinal “a gente não quer só comida, a gente quer bebida, diversão e arte”.

E como fazer para alcançar tal intento? Muito simples: elevemos as taxas de juros. Há quem acredite que a baixa renda dos brasileiros, reduzida ainda mais pelo desemprego, sem falar de sua crônica concentração, seja capaz de pressionar os preços via consumo. Tenta-se pois atacar as conseqüências e não as verdadeiras causas do problema ou seus causadores (oligopólios e variação cambial, e.g.).

Desse modo, na tentativa de equacionar um problema (inflação) geram-se outros de grande monta a começar pela taxa básica de juros (selic), situada no patamar de 26% a.a. (equivalente a 1,95% ao mês), enquanto nos EUA são de 1,25% a.a. e na União Européia remontam a 2% a.a.

Dentre os setores oligopólicos inserem-se os bancos, os quais vêm sendo responsabilizados pelo elevado preço da moeda local (leia-se juros), sob a alegada falta de concorrência como sendo característica dos oligopólios.

Na verdade, as duas principais características dos oligopólios são (i) as barreiras ao ingresso de novas empresas e (ii) a interdependência entre elas, ou seja, afetam-se mutuamente em suas atitudes, mas não a falta de concorrência, antes pelo contrário (a

Vol. 4 – nº3, 2003

menos que se formem cartéis), a rivalidade competitiva entre as firmas oligopólicas muitas das vezes é intensa, e em menor grau via preços, mas principalmente via diferenciação/diversificação do produto/serviço, ou através da propaganda, do progresso técnico, ou ainda, por meio da ociosidade planejada.

A alegada ausência concorrencial no setor bancário brasileiro tem sua razão de ser por dois motivos. Primeiro, aos olhos do cliente, praticamente não há diferença em ser correntista e/ou direcionar seus investimentos para este ou aquele banco, isso sem falar daquela clientela cuja escolha (do banco) fora feita pela empresa em que trabalha. O segundo motivo reside no grande cliente cativo que têm os bancos, qual seja, o setor público e sua necessidade de financiamento, face à elevada dívida pública interna, alimentada e ampliada inclusive com a manutenção dos juros altos.

Ocorre assim uma redistribuição de renda às avessas, na medida em que o setor público (via rolagem de sua dívida interna) e os consumidores (via empréstimos/financiamentos) transferem parcelas consideráveis de suas respectivas rendas ao segmento bancário/financeiro do país. E nem atentam para isso, pois para o brasileiro em geral, importa mesmo é saber se as prestações cabem no orçamento.

Por outro lado, se os bancos nacionais tivessem de disputar a clientela no mercado, e em particular os relacionados aos empréstimos e financiamentos, dificilmente os spreads bancários (taxa de captação menos taxa de repasse) estariam situados nos atuais 40%. A alegação bancária de que a inadimplência é a grande culpada pelos altos spreads bem pode ser invertida, já que os juros elevados também provocam inadimplência, a exemplo da que ocorre com certos usuários de cartões de crédito, cheque especial etc.

Ocorre que os efeitos colaterais da política macroeconômica doméstica se avolumam, tangenciando um círculo vicioso: juros elevados, crescimento gigantesco da dívida pública interna, menores investimentos produtivos, elevado desemprego de mão-de-obra, déficit crescente da previdência social, maior dívida pública etc. etc.

E assim o país se encaminha para mais uma década perdida, a terceira consecutiva, de modo que o PIB real, desde meados dos 1970, tem-se situado aquém da média do nosso PIB histórico de 7% ao ano, e cuja violência vem se desdobrando em outros tipos de violência. Suplantar essa situação não é tarefa fácil, convenhamos, ainda mais quando a própria política macroeconômica torce contra, pois o placar até os primeiros seis meses do atual governo ainda acusa: brasileiros 1 x 2 monetaristas.

Raimundo F. de Vasconcelos

Coordenador e Professor do curso de relações internacionais / Febasp.